RESUMO
A inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI) no ensino regular é uma temática que tem ganhado destaque nas discussões educacionais contemporâneas, refletindo a necessidade de concretizar o direito universal à educação. Este artigo busca analisar a função social da escola e sua responsabilidade em garantir um ambiente de ensino inclusivo, onde as diferenças sejam respeitadas e valorizadas. A questão central da pesquisa está relacionada aos desafios enfrentados pelas instituições de ensino para proporcionar uma educação acessível e significativa para todos, especialmente para os alunos com DI. A problemática está na discrepância entre o ideal de inclusão, previsto por legislações e políticas públicas, e a prática efetiva nas salas de aula do ensino regular. Embora avanços tenham sido conquistados nas últimas décadas, a inclusão ainda enfrenta barreiras como falta de formação adequada dos professores, escassez de recursos pedagógicos, infraestrutura limitada e preconceitos sociais. Tais obstáculos dificultam a construção de um espaço onde alunos com DI possam desenvolver seu potencial de forma plena e participativa. O principal objetivo deste estudo é compreender como a escola pode ressignificar suas concepções e reorganizar seus parâmetros para efetivar a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino regular. Busca-se, também, destacar a importância da formação continuada dos professores e da adoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas que atendam às demandas específicas desses alunos, sem comprometer a qualidade do ensino para a coletividade. A relevância do tema reside em sua relação direta com os princípios de equidade e justiça social. A educação inclusiva não apenas promove o desenvolvimento acadêmico dos alunos com DI, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais empática, que valoriza a diversidade como um recurso enriquecedor. Além disso, ao abordar os desafios enfrentados pela inclusão, este artigo pretende oferecer subsídios teóricos e práticos para profissionais da educação, gestores e formuladores de políticas públicas. Através de uma revisão de literatura orientada pelos métodos dedutivo e indutivo, o estudo pretende apresentar múltiplas perspectivas sobre o tema, enfatizando a necessidade de ações coletivas e articuladas para superar os desafios ainda presentes no processo de inclusão escolar. Assim, o trabalho contribui para fomentar o debate e promover avanços na construção de um ensino verdadeiramente inclusivo e democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Deficiência intelectual; Educação regular; Diversidade.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a função social da escola e a inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI) no sistema de ensino regular, uma temática que adquire crescente relevância na atualidade. A inclusão escolar não se limita a garantir o acesso à educação, mas busca promover uma convivência harmoniosa em ambientes diversos, onde as diferenças sejam respeitadas e valorizadas como parte essencial do processo educativo. Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a escola cumpre seu papel social no que diz respeito à inclusão de alunos com DI no ensino regular.

Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: discutir as propostas de inclusão no sistema regular de ensino, observando os avanços e as limitações das práticas pedagógicas; examinar as políticas públicas e educacionais que orientam e regulam a educação inclusiva; e identificar os desafios enfrentados na construção de um sistema educacional inclusivo no Brasil. Por meio desses tópicos, pretende-se aprofundar o entendimento sobre os elementos estruturais e culturais que impactam a implementação de práticas inclusivas nas escolas.

Uma questão central orienta esta análise: Qual é a função social da escola frente ao processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular? A resposta

a essa problemática requer uma abordagem que contemple tanto os aspectos históricos e filosóficos da educação quanto os fatores práticos relacionados à gestão escolar e à formação docente. É essencial compreender como o papel da escola evoluiu ao longo do tempo e quais mudanças ainda são necessárias para que o direito à educação inclusiva seja efetivado.

A relevância dessa discussão é evidente diante da necessidade de repensar o papel da escola como espaço de socialização, formação cidadã e garantia de equidade. A inclusão de alunos com DI não é apenas uma obrigação legal; trata-se de uma questão ética e social que impacta a formação de uma sociedade mais justa e empática. Além disso, o tema exige uma análise crítica sobre como o sistema educacional pode superar barreiras históricas, culturais e estruturais para acolher a diversidade em suas múltiplas formas.

Ao longo deste trabalho, será feita uma revisão de literatura e um diálogo teórico com autores que discutem a educação inclusiva e suas práticas, com ênfase na formação de professores e na articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas. Assim, espera-se contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre a função social da escola e os caminhos para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

## FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO

Sabe-se que, na década de 1960, surgiram as primeiras iniciativas voltadas para a educação de pessoas com deficiência, por meio de instituições especializadas como escolas especiais, centros de habilitação e reabilitação. Essas iniciativas tinham como objetivo proteger aqueles considerados “diferentes” para, posteriormente, reintegrá-los ao convívio social.

Esse enfoque, como aponta Castiglioni (1960), estava mais voltado à proteção social do que ao desenvolvimento integral dessas pessoas. A própria ideia de "reintegração" pressupõe que esses indivíduos foram previamente desintegrados do contexto social, evidenciando a exclusão à qual eram submetidos.

Apenas na década de 1980, após intensas lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, o conceito de integração ganhou força, marcando o início de uma transformação mais profunda. Segundo Mantoan (2003), foi nesse período que surgiu o conceito de “inclusão social”, promovendo mudanças não apenas nos espaços físicos, como também na mentalidade das pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Essa inclusão não se limitava a adaptações arquitetônicas, mas também exigia alterações nas relações interpessoais e na percepção da diversidade.

Entretanto, como observam Maturana et al. (2015), atitudes negativas ainda representam barreiras significativas para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual (DI). Estudos indicam que esse grupo enfrenta mais preconceitos e estigmas do que outros tipos de deficiência, refletindo uma persistente exclusão social.

Essas barreiras atitudinais não são apenas externas; elas também impactam a autoimagem dos indivíduos com DI, levando-os a se sentirem alheios ao tecido social. Para mitigar esses desafios, é essencial que haja interação, cooperação e igualdade, criando oportunidades para contatos significativos que reduzam o preconceito.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel central como espaço de inclusão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996) reconhece a importância de um sistema educacional que acolha a diversidade. Contudo, para que a inclusão seja efetiva, é necessário transformar os modelos tradicionais de ensino. A presença de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares exige que as instituições reavaliem suas práticas pedagógicas, promovendo uma educação que atenda às necessidades individuais sem comprometer a qualidade do ensino coletivo.

Lustosa (2002) reflete sobre os avanços e os desafios da inclusão, apontando que, embora a presença de alunos com deficiência na escola regular represente um progresso, não é suficiente para garantir a inclusão real. Ela destaca que uma política de inclusão verdadeira requer mais do que medidas paliativas ou a garantia de acesso; exige transformações profundas nos direcionamentos pedagógicos e nas políticas de gestão.

O Decreto Federal nº 6.571/2008 reforça a

obrigação das escolas em matricular estudantes com deficiência em turmas regulares, mas Mittler e Mittler (2001) apontam que um dos maiores entraves para a inclusão ainda reside em pressupostos e atitudes tradicionais. Esses pressupostos mantêm a divisão entre educação especial e regular como dois sistemas separados, dificultando a integração efetiva.

Essa resistência histórica à inclusão também está enraizada em uma educação que historicamente excluiu aqueles que não se encaixavam nos padrões convencionais. Ramos (1939), Veloso (1958) e Castiglioni (1960) ilustram como os discursos educacionais rotulavam essas crianças como "problema" ou "anormais". Esses estigmas, embora ultrapassados em legislações, ainda ecoam na prática educativa e nas atitudes de alguns educadores.

A Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) reforçaram o compromisso do Brasil com a educação inclusiva, estipulando que até 2024 toda a população de 4 a 17 anos com deficiência deveria ter acesso ao ensino básico na rede regular. Contudo, como a meta 4 do PNE indica, é necessário romper com a homogeneização da educação e considerar as especificidades de cada aluno. Essa mudança estrutural exige que tanto a formação inicial quanto a continuada dos professores estejam alinhadas às demandas da educação inclusiva.

Mantoan (2003) ressalta que a inclusão requer a valorização do potencial de cada indivíduo. Ela aponta que todos os alunos podem avançar conforme suas capacidades, desde que essas sejam reconhecidas e estimuladas pelos professores e pela comunidade escolar. Essa visão enfatiza a necessidade de transformar a educação em um processo dinâmico, centrado no respeito à diversidade e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Em suma, a inclusão educacional é um processo complexo que envolve a superação de barreiras históricas, culturais e estruturais. Ela exige uma reflexão profunda sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos possam desenvolver suas potencialidades e contribuir para a comunidade.

## A LEGISLAÇÃO E OS DIREITOS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A legislação brasileira tem desempenhado um papel fundamental na garantia dos direitos dos alunos com deficiência intelectual, estabelecendo diretrizes e normativas que visam promover a inclusão educacional e social.

A Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico que garante o direito à educação a todos os cidadãos, sem discriminação. Em seus artigos 205 e 206, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, devendo ser promovida com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Essa prerrogativa se torna especialmente significativa quando analisamos a situação de alunos com deficiência intelectual, muitas vezes historicamente marginalizados no sistema educacional. A Constituição também prevê, no artigo 208, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa é uma diretriz que destaca a necessidade de integração desses alunos no ambiente escolar comum, em contraposição à prática de segregá-los em instituições especializadas.

O Decreto nº 6.571/2008 é outro marco importante, pois regulamenta o atendimento educacional especializado e reforça a obrigatoriedade de matrícula de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular (Brasil, 2008). Este decreto também prevê o financiamento público para o atendimento educacional especializado, incentivando a adoção de recursos pedagógicos e tecnológicos que favoreçam a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. No entanto, é fundamental refletir sobre como esse financiamento tem sido efetivamente aplicado e se os recursos são suficientes para atender às demandas diversas das escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, detalha as responsabilidades das escolas em relação à educação inclusiva. Em seu artigo 58, a LDB determina que a educação especial é uma modalidade destinada a atender alunos com deficiência em todos os níveis de ensino (Brasil, 1996). Esse artigo também enfatiza a necessidade de currículos, métodos e recursos adapta-

dos às necessidades dos estudantes. Uma crítica recorrente é que, embora a legislação seja clara, a formação inicial e continuada dos professores nem sempre contempla as competências necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabelece metas ambiciosas para a inclusão educacional. A meta 4 do PNE estipula que até 2024 toda a população de 4 a 17 anos com deficiência tenha acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular (Brasil, 2014). Esse dispositivo reflete um compromisso com a universalização do acesso à educação inclusiva. Contudo, há um desafio significativo em garantir que as escolas estejam adequadamente preparadas, tanto em termos de infraestrutura quanto de formação docente, para acolher alunos com deficiência intelectual.

Um ponto que merece destaque é a importância da formação dos profissionais da educação. Embora a legislação assegure os direitos dos alunos com deficiência intelectual, a prática muitas vezes revela a insuficiência de professores capacitados para implementar as políticas de inclusão de forma efetiva. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas à criação de leis, mas também ao monitoramento e à execução de ações que garantam o cumprimento dessas leis.

Outro aspecto a ser analisado é a articulação entre as instâncias governamentais e as instituições de ensino. A existência de legislações abrangentes e bem fundamentadas é essencial, mas é igualmente necessário que essas normas sejam acompanhadas de mecanismos de fiscalização e suporte técnico para garantir sua aplicação.

Em conclusão, a legislação brasileira é um importante alicerce para a promoção dos direitos dos alunos com deficiência intelectual. Entretanto, para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, é indispensável um esforço conjunto de toda a sociedade. Isso inclui a formação e valorização dos professores, o investimento em infraestrutura acessível e a sensibilização da comunidade escolar para acolher a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educacional. A inclusão não é apenas um direito; é também um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## O PAPEL DO DOCENTE E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O papel do docente na inclusão de alunos com deficiência intelectual é um tema de fundamental importância no debate educacional contemporâneo. Além de cumprir um papel pedagógico, o professor atua como mediador e promotor de uma cultura de respeito à diversidade. A inclusão escolar requer, portanto, uma compreensão aprofundada das necessidades desses alunos e o compromisso de toda a comunidade educativa em garantir uma educação efetivamente inclusiva.

Francisca Geny Lustosa (2002) discute que, muitas vezes, as práticas pedagógicas refletem concepções ultrapassadas de deficiência, que veem o aluno com deficiência intelectual apenas por suas limitações. Lustosa enfatiza que essa visão contribui para reforçar barreiras atitudinais e pedagógicas, perpetuando um ciclo de exclusão. Nesse contexto, o docente tem o desafio de desconstruir essas práticas e criar um ambiente de aprendizagem que valorize as potencialidades e singularidades de cada estudante. Para isso, é imprescindível que o professor seja capacitado não apenas tecnicamente, mas também sensível às questões relacionadas à diversidade.

Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) ressalta que a inclusão escolar não é uma questão de adaptar o aluno com deficiência intelectual ao modelo tradicional de ensino, mas sim de transformar a própria escola. Isso exige uma reformulação de práticas, currículos e estruturas, de forma a garantir que todos os alunos tenham condições reais de participar e aprender. Para Mantoan, o professor deve ser um agente dessa transformação, assumindo um papel ativo na promoção de uma educação inclusiva que contemple diferentes formas de aprender e ensinar.

O estudo de Maturana e Mendes (2015) analisa o cenário das pesquisas internacionais sobre a escolarização de alunos com deficiência intelectual e destaca que as atitudes dos professores são determinantes para o sucesso da inclusão. Eles apontam que a formação continuada dos docentes, aliada

ao suporte institucional, é essencial para que as práticas inclusivas sejam efetivas. A pesquisa também revela que os professores frequentemente relatam dificuldades em lidar com a heterogeneidade em sala de aula, indicando a necessidade de estratégias pedagógicas mais flexíveis e colaborativas.

Nesse cenário, é relevante considerar que o docente não atua isoladamente. A inclusão é um processo coletivo, que demanda o engajamento de todos os membros da comunidade escolar, incluindo gestores, equipe técnica e famílias. Para que o professor consiga desempenhar plenamente seu papel, é fundamental que ele tenha acesso a recursos didáticos adaptados, formação especializada e um ambiente de trabalho que promova a colaboração e o apoio mútuo.

Outro ponto importante é a necessidade de desconstruir a visão tradicional de que o sucesso acadêmico está restrito a padrões homogêneos de desempenho. Como Lustosa (2002) argumenta, a diversidade deve ser compreendida como uma riqueza e não como um desafio a ser superado. Essa perspectiva contribui para que o professor não apenas aceite, mas celebre as diferenças individuais, promovendo uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Mantoan (2003) também enfatiza que a formação docente deve ir além dos aspectos técnicos e abordar questões éticas e filosóficas relacionadas à inclusão. Isso inclui refletir sobre o papel social da escola e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para ela, o professor é um ator fundamental nesse processo, pois é ele quem vivencia diretamente os desafios e as possibilidades da inclusão no cotidiano escolar.

Maturana e Mendes (2015) destacam que o contato direto entre alunos com e sem deficiência intelectual é uma das estratégias mais eficazes para reduzir o preconceito e promover uma convivência mais harmônica. Esse contato, no entanto, deve ser mediado por um professor capacitado, que saiba lidar com os conflitos e promover a cooperação entre os estudantes. Essa é uma habilidade que precisa ser desenvolvida na formação inicial e continuada dos docentes, reforçando a importância de um investimento contínuo na educação inclusiva.

Finalmente, o papel do docente na inclusão de alunos com deficiência intelectual vai muito além da transmissão de conteúdo. Ele envolve a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e o compromisso com a formação integral dos estudantes. Embora os desafios sejam muitos, o caminho para uma educação verdadeiramente inclusiva passa pela valorização do professor como agente transformador e pela construção de uma cultura escolar que celebre a diversidade como um valor essencial.

## OS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR

Os caminhos para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular têm sido traçados por meio de debates, legislações e experiências pedagógicas que visam transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo. A inclusão não se limita a garantir o acesso ao ambiente escolar, mas também a promover condições para que todos os alunos participem, aprendam e se desenvolvam em igualdade de oportunidades.

Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) defende que a inclusão escolar exige uma mudança profunda na concepção de educação. Para ela, o modelo tradicional de ensino, que valoriza a homogeneidade e o padronizado, precisa dar lugar a uma perspectiva que reconheça e valorize a diversidade. Essa transformação implica uma revisão das práticas pedagógicas, dos currículos e das relações escolares, de forma a garantir que os alunos com deficiência intelectual tenham condições reais de aprender e contribuir para o ambiente escolar.

Mittler e Mittler (2003) corroboram essa visão ao enfatizar que a inclusão vai além da adaptação de espaços físicos e materiais. Eles destacam que a verdadeira inclusão está na criação de uma cultura escolar que valorize as diferenças como elementos fundamentais para o enriquecimento do processo educacional. Essa abordagem demanda um trabalho coletivo, que envolve professores, gestores, estudantes e famílias, todos comprometidos com a construção de uma escola inclusiva.

Uma das principais dificuldades apontadas por Mantoan (2003) é a resistência de muitos profissionais da educação às mudanças necessárias para a inclusão. Essa resistência muitas vezes está associada à falta de formação específica e ao desconhecimento sobre as potencialidades dos alunos com deficiência intelectual. Nesse sentido, a formação inicial e continuada dos professores desempenha um papel crucial, não apenas no desenvolvimento de competências técnicas, mas também na construção de uma nova postura frente à diversidade.

Mittler e Mittler (2003) também destacam a importância do apoio institucional para a efetivação da inclusão. Segundo os autores, é fundamental que as escolas recebam recursos adequados, como tecnologias assistivas, materiais adaptados e equipes multidisciplinares, para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual. Além disso, é imprescindível que os gestores escolares liderem esse processo, promovendo um ambiente acolhedor e incentivando a colaboração entre todos os envolvidos.

A inclusão também requer uma mudança na forma como a avaliação do aprendizado é conduzida. Conforme argumenta Mantoan (2003), os modelos tradicionais de avaliação, que privilegiam o desempenho em provas padronizadas, são insuficientes para refletir o progresso dos alunos com deficiência intelectual. Em vez disso, é necessário adotar instrumentos avaliativos mais flexíveis, que considerem os avanços individuais e valorizem as diversas formas de expressão e aprendizagem.

Outro aspecto destacado por Mittler e Mittler (2003) é o papel da família no processo de inclusão. Os autores ressaltam que a parceria entre escola e família é essencial para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de maneira integral. Essa colaboração envolve desde o planejamento das adaptações curriculares até o suporte emocional, contribuindo para um ambiente mais seguro e acolhedor para o estudante.

Embora os desafios para a inclusão sejam muitos, Mantoan (2003) enfatiza que os benefícios são amplamente compensadores. Uma escola inclusiva não apenas promove o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais justa e solidária. Ao conviver com a diversidade, todos os alunos têm a oportunidade de desenvolver valores como empatia, respeito e cooperação.

Mittler e Mittler (2003) apontam que a inclusão é um processo em constante construção, que requer perseverança e compromisso. Eles destacam que, embora os avanços sejam significativos, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, de forma a atender às demandas da população.

Em conclusão, os caminhos para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular passam por uma profunda transformação na cultura escolar, apoiada por políticas públicas eficazes, formação docente de qualidade e colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo. A construção de uma escola inclusiva não é apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético e social que visa garantir o direito à educação para todos.

## A PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A parceria entre escola e família desempenha um papel central no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual no sistema educacional. Essa colaboração não apenas potencializa o desenvolvimento desses estudantes, mas também contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. O envolvimento das famílias é previsto por legislações e documentos normativos, que estabelecem diretrizes para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade.

Maturana e Mendes (2015) destacam que a inclusão de alunos com deficiência intelectual é um tema amplamente debatido na literatura internacional, com ênfase na importância do apoio multidimensional para esses estudantes. Os autores apontam que a participação ativa das famílias no contexto escolar é essencial para garantir que as necessidades específicas de cada aluno sejam atendidas. Essa interação permite que pais

e educadores compartilhem informações e recursos, promovendo soluções mais eficazes para os desafios do processo de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/1996, reforça a necessidade de uma educação inclusiva ao garantir o acesso de alunos com deficiência a instituições regulares de ensino. O art. 58 da LDB enfatiza a obrigatoriedade de se oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Essa legislação também reconhece a importância do envolvimento familiar, apontando que a parceria entre escola e família é um dos pilares para a efetivação de uma educação inclusiva.

O Decreto Nº 6.571/2008 complementa a LDB ao regulamentar a organização do atendimento educacional especializado. Ele define que as instituições de ensino devem atuar em colaboração com as famílias para identificar as necessidades dos alunos e planejar as adaptações necessárias ao seu desenvolvimento pleno. Essa legislação também reforça a necessidade de oferecer recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam o aprendizado.

Maturana e Mendes (2015) ressaltam que a parceria entre escola e família deve ser mediada por uma comunicação clara e constante. Os autores apontam que muitas vezes os pais enfrentam dificuldades para compreender as políticas de inclusão e as práticas pedagógicas, o que pode gerar desconfiança ou afastamento. Nesse contexto, cabe à escola criar estratégias para aproximar as famílias, promovendo reuniões, oficinas e momentos de troca que favoreçam o entendimento mútuo.

Por outro lado, o envolvimento familiar também traz desafios, como a sobrecarga emocional e financeira enfrentada por muitas famílias de alunos com deficiência intelectual. Maturana e Mendes (2015) destacam que as escolas devem estar preparadas para oferecer suporte, orientação e informação, ajudando as famílias a lidar com as demandas adicionais. Esse apoio pode incluir desde o encaminhamento para serviços especializados até a criação de redes de apoio comunitário.

Outro aspecto relevante é o impacto positivo que a parceria escola-família pode ter no ambiente escolar como um todo. Quando as famílias se sentem acolhidas e valorizadas, elas tendem a se envolver mais ativamente nas atividades escolares, o que contribui para a construção de uma cultura inclusiva. Essa dinâmica também estimula os demais alunos a desenvolverem empatia e compreensão em relação às diferenças.

O Decreto Nº 6.571/2008 também enfatiza a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, destacando que a inclusão de alunos com deficiência intelectual exige competências específicas. Essa formação deve incluir temas relacionados à comunicação com as famílias, preparando os docentes para lidar com diferentes contextos e demandas.

Por fim, a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular é um processo que exige o comprometimento de todos os envolvidos. A parceria entre escola e família é fundamental para superar os desafios e garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas particularidades e promova seu pleno desenvolvimento. Como ressaltam Maturana e Mendes (2015), a inclusão não é apenas uma questão de legislação, mas um compromisso coletivo com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi exposto, cabe ressaltar que o fato dos alunos com deficiência intelectual terem direito de frequentar a escola (fisicamente), o que não ocorria no passado, garante que os mesmos estão participando plenamente dos processos de aprendizagem e socialização, dentro e fora do ambiente escolar, uma vez que, para tal, necessita-se muito mais que isso. Deve-se lutar contra qualquer tipo de preconceito, pois só assim formar-se-á uma sociedade mais justa refletindo, consequentemente, no nível da qualidade de ensino do país e, com isso, na imagem deste como um todo. É preciso unir forças e utilizar a tecnologia como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem, cabendo aos educadores estar sempre atualizados e inovar, enfatizando-se a inclusão, além de promover um debate entre os alunos e toda a comunidade escolar.

A inclusão educacional, principalmente no contexto da deficiência intelectual, não deve ser vista apenas como um direito assegurado, mas como uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. As escolas precisam assumir um papel ativo na criação de políticas e práticas que garantam a equidade, enquanto as famílias devem ser incentivadas a participar ativamente do processo educacional, contribuindo para o sucesso dos estudantes. Essa parceria requer esforço contínuo e diálogo aberto, que promovam um ambiente onde todos possam se sentir valorizados.

A formação de professores também é um ponto central nesse processo. Investir em programas de capacitação que abordem metodologias inclusivas e estratégias pedagógicas diferenciadas pode transformar a realidade das salas de aula. É fundamental que os educadores se sintam preparados para lidar com as diversas necessidades dos alunos, tornando a inclusão uma prática efetiva e não apenas um discurso.

Outro aspecto importante é a promoção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças dentro das escolas. Isso pode ser alcançado por meio de atividades que envolvam toda a comunidade escolar, como palestras, projetos interdisciplinares e eventos que celebrem a diversidade. Quando alunos e educadores compreendem a importância da inclusão, o impacto positivo se estende para além dos muros da escola, contribuindo para a construção de uma sociedade mais empática e solidária.

A tecnologia surge como uma aliada poderosa na promoção da inclusão. Ferramentas digitais e recursos educacionais acessíveis podem ajudar a personalizar o ensino, atendendo às especificidades de cada estudante. Plataformas interativas, aplicativos educacionais e dispositivos assistivos são exemplos de inovações que podem ser incorporadas ao cotidiano escolar, potencializando a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Ainda que muitos avanços tenham sido conquistados, é inegável que há um longo caminho a ser percorrido. O preconceito e a falta de entendimento sobre o potencial dos alunos com deficiência intelectual ainda representam barreiras significativas. Para superá-las, é indispensável que governos, escolas e a sociedade civil trabalhem juntos na construção de uma educação inclusiva que vá além das leis e diretrizes, tornando-se uma prática consolidada e transformadora.

No entanto, a inclusão não se resume apenas ao espaço escolar. É necessário garantir que esses alunos tenham oportunidades de desenvolvimento em outros contextos, como a inserção no mercado de trabalho e a participação em atividades comunitárias. Assim, é possível assegurar que a inclusão escolar seja um ponto de partida para uma vida plena e autônoma, alinhada aos princípios da dignidade humana e da igualdade de oportunidades.

Sugerem-se, portanto, algumas direções para pesquisas futuras. Primeiramente, seria relevante investigar os impactos de diferentes abordagens pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual, analisando quais estratégias têm se mostrado mais eficazes na prática. Além disso, estudos que avaliem o papel da tecnologia na personalização do ensino e na ampliação do acesso ao currículo podem trazer contribuições valiosas para o campo educacional.

Outro ponto que merece atenção é o desenvolvimento de ferramentas para avaliar o nível de inclusão nas escolas, considerando tanto os aspectos físicos quanto pedagógicos e relacionais. Pesquisas que explorem a percepção dos próprios alunos e de suas famílias sobre o processo de inclusão também seriam enriquecedoras, oferecendo uma perspectiva mais ampla e fundamentada sobre os desafios e avanços nessa área.

Seria interessante explorar a relação entre a formação inicial e continuada dos professores e a eficácia da inclusão nas salas de aula. Identificar lacunas no preparo dos docentes pode orientar a criação de programas de formação mais alinhados às demandas da educação inclusiva.

Assim, a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular deve ser entendida como um processo dinâmico e coletivo, que exige a participação de todos os agentes envolvidos. Ao investir em práticas inovadoras, formação docente e parcerias efetivas, podemos construir um futuro mais igualitário, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.571/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: jan. 2025.

CASTIGLIONI, L. B. O problema da anormalidade na escola primária. Revista do Professor. 18(60), 39-42, 1960.

LUSTOSA, F. G. Concepções de Deficiência Mental e Prática Pedagógica: contexto que nega e evidencia a diversidade. Fortaleza, 2002. Disponível em: http://www.proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2017/10/concepcoes-dedeficiencia-mental-e-pratica-pedagogica-pdf.pdf. Acesso em: jan. 2025.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MATURANA, A. P. P. M.; MENDES, E. G. O cenário das pesquisas internacionais sobre a inclusão e escolarização do aluno com deficiência intelectual. Olh@res, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 168-193, 2015.

MITTLER, P; MITTLER, P. Rumo à inclusão. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643996/11445. Acesso em: jan. 2025.

RAMOS, A. A criança problema: A higiene mental na escola primária. (Atualidades Pedagógicas, v. 37). São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

VELOSO, E. D. Problemas de ajustamento à escola. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 30 (71), 15-29, 1958.